



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



CERTIFICAÇÃO EUREPGAP NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LIMÃO TAHITI

SÔNIA REGINA PAULINO; WAGNER ANTONIO JACOMETI;

SEBRAE, UNIARA

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, ARARAQUARA - SP - BRASIL

sonia.paulino@ige.unicamp.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agropecuária, Meio-Ambiente, e Desenvolvimento Sustentável

CERTIFICAÇÃO EUREPGAP NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LIMÃO TAHITI

Grupo de Pesquisa: Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Resumo

O artigo analisa as mudanças verificadas no sistema produtivo do limão tahiti a partir da implantação da certificação EUREPGAP. Trata-se de um certificado de qualidade que inclui explicitamente entre os seus princípios a proteção ambiental e a saúde, segurança e bem-estar do trabalhador.

É considerado um grupo de produtores de um dos maiores pólos fruticultores de limão tahiti do estado de São Paulo, pólo este que vem sendo foco de projetos voltados à competitividade e à inserção no mercado externo, desenvolvidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Limão (ABPEL).

A análise proposta é realizada com base no conceito e na abordagem de sistemas agroindustriais.

Verificou-se que a inserção dos produtores rurais, na maior parte pequenos produtores, no mercado internacional vem sendo acompanhada de mudanças de ampla incidência nos diferentes elos constitutivos do sistema agroindustrial: ambiente institucional, fornecimento de insumos, propriedade rural, agroindústria, distribuição e serviços de apoio.

Palavras-chave: certificação, EUREPGAP, fruticultura, sistema agroindustrial, meio ambiente.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Abstract

The article analyzes the change in production systems of tahiti lime carrying through an implantation of the certification *European Retailers Produce Working Group - Agricultural Good Practices* (EUREPGAP), which is a quality certification based on environmental protection and worker health, safety and welfare.

It was considered an important farmer group of the State of São Paulo, where there are important projects focused on competitiveness and insertion in external markets supported by the Brazilian Agency for Support of Micro and Small Enterprises (SEBRAE) and the Lime Farmer and Exporter Brazilian Association (ABPEL).

The proposed analyze is carried out through agro-industrial system concept and approach.

It was verified the insertion of farmers in european market. It is followed by changes with wide incidence in agro-industrial system.

Key Words: certification, EUREPGAP, fruit production, agro-industrial system, environment

1. INTRODUÇÃO

A inserção em mercados externos tem requerido mudanças nos sistemas produtivos agropecuários. A operacionalização de tais mudanças encontra respaldo em exigências colocadas para obtenção da certificação.

A certificação é um instrumento para implementação do sistema de qualidade, tanto nas propriedades rurais quanto na agroindústria de classificação e embalagem (*packing house*), colocando a necessidade de atendimento de uma série de exigências. Envolve todas as etapas do processo produtivo, fornecedores de matérias-primas e funcionários da empresa em todos os níveis.

Um sistema de certificação garante que um produto esteja dentro de especificações pré-determinadas. A certificação é um passo à frente da padronização do ponto de vista da coordenação de Sistemas Agroindustriais (SAGs). Enquanto a padronização é importante para a diminuição da informação assimétrica na transação específica, a certificação tem esse efeito para o consumidor e, por consequência, para o SAG completo. Os padrões de qualidade oferecidos pela certificação dizem mais respeito aos processos produtivos do que à qualidade intrínseca do produto. Ao comprar um produto certificado, o consumidor conhece, de antemão, diversas de suas características (NASSAR, 2003).

O mercado internacional, diante das novas tendências do consumidor exigente em alimentos seguros e livres de qualquer tipo de agravante à saúde humana, adotou programas específicos, assegurando o controle e a rastreabilidade de toda a cadeia produtiva de frutas frescas. Programas de qualidade na cadeia de produção têm sido adotados em diversos ramos produtivos, não apenas frutas, mas de modo geral como o mercado de produtos perecíveis, por exemplo, o de carnes (CINTRA *et al.*, 2004).

As recentes crises alimentares na Europa fizeram com que os consumidores se mobilizassem para exigir maior clareza quanto aos produtos consumidos, principalmente os alimentares. A exigência por produtos mais saudáveis, livres de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



agrotóxicos, acabou incentivando reações análogas em outras partes do mundo, revelando tendências futuras para o Brasil e novos nichos de mercado que o país tem condições de conquistar: os produtos alimentares de alta qualidade e de produção controlada por mecanismos de certificação e com aval de autoridades públicas (BARROS e VARELLA, 2004).

Acerca desse aspecto, comportamento do consumidor, transformações no consumo também estabelecem uma agenda de pesquisa a ser explorada no melhor entendimento da constituição e organização dos sistemas de consumo e provisão (SOUTHERTON, D., VAN VLIET e CHAPPELLS, H., 2004). Nesse sentido, as pessoas passam a colocar questões sobre a procedência de seu alimento, a sua forma de produção (uso de agroquímicos, renda dos trabalhadores rurais) (SINGER e MASON, 2007).

O EUREPGAP é um certificado criado em 1997, por um grupo de varejistas do Reino Unido e da Holanda chamado *Euro-Retailer Produce Working Group*. Hoje, participam do grupo ainda produtores rurais, empresas de insumos e de serviços voltados para atividades rurais. O certificado tem como principal objetivo desenvolver padrões e procedimentos de ampla aceitação, baseados nos princípios de boas práticas agrícolas. Uma razão para a criação do certificado é o fato de que o setor varejista compra frutas de diferentes fornecedores, de várias partes do mundo, sendo importante saber a origem das frutas e as condições de produção quanto à segurança alimentar e uso de sistemas de produção sustentáveis. Torna possível aumentar a comunicação entre os envolvidos no sistema de produção (EUREPGAP, 2004; SOUZA e AMATO NETO, 2006).

A certificação *European Retailers Produce Working Group - Agricultural Good Practices* (EUREPGAP) constitui um sistema de gestão da qualidade que incorpora explicitamente entre seus princípios a proteção ambiental e a saúde, segurança e bem-estar do trabalhador. A partir do segundo semestre de 2007 passou adotar a denominação GLOBALGAP, de modo a refletir seu papel internacional em estabelecer boas práticas na agropecuária, acordadas mutuamente entre varejistas e seus fornecedores. Focado inicialmente na Europa a organização viu sua influência se espalhar. É uma organização privada que estabelece normas voluntárias para certificação de produtos agropecuários em todo o mundo. Trata-se de um modelo privado, não imposto por meio de regulamentação institucional, e que depende dos incentivos oferecidos aos agentes para sua participação, uma vez que as empresas só farão parte de sistemas coordenados se identificarem a obtenção de retornos positivos.

Neste trabalho, será abordado o EUREPGAP, uma vez que os dados que dão suporte empírico à análise foram coletados no primeiro semestre de 2007, antes da vigência da versão atual, 3.0, do GLOBALGAP, de setembro de 2007, válida para emissão de novos certificados e recertificação a partir de 2008.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Os Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento (PCCC) têm que ser considerados pelos produtores requerentes do EUREPGAP, que são auditados para verificar o seu cumprimento. Os PCCC estão divididos em 14 seções e lista as obrigações maiores (47 Pontos de Controle), as obrigações menores (98 Pontos de Controle) e as recomendações (65 Pontos de Controle), num total de 210 Pontos de Controle, ilustrados no quadro a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 - Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento - PCCC

Seção	Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento - PCCC	Nº PCCC	% Total
1	Rastreabilidade	1	0,48%
2	Manutenção de Registros e Auto-Avaliação Interna	4	1,90%
3	Variedades e Porta - Enxertos	11	5,24%
4	História e Gestão da Unidade de Produção	5	2,38%
5	Gestão do Solo e dos Substratos	10	4,76%
6	Fertilização	21	10,00%
7	Rega/Fertirrigação	16	7,62%
8	Proteção de Culturas	62	29,52%
9	Colheita	9	4,29%
10	Acondicionamento do Produto	30	14,29%
11	Gestão de Resíduos e Poluentes, Lavagem e Reutilização	6	2,86%
12	Saúde, Segurança e Bem Estar dos Trabalhadores	24	11,43%
13	Questões Ambientais	9	4,29%
14	Reclamações	2	0,95%
Total		210	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de EurepGap - Regulamento Geral de Frutas e Legumes (2004).

O presente trabalho tem por objetivo identificar e analisar as mudanças no sistema de produção do limão tahiti certificado. Para a análise proposta, adota-se o conceito e a abordagem de sistemas agroindustriais (SAGs).

O sistema agroindustrial compreende o conjunto de atividades envolvidas na produção de produtos agroindustriais, desde a produção até o consumidor, e compreende seis conjuntos de atores: (i) agricultura, pecuária e pesca; (ii) indústrias agroalimentares; (iii) distribuição agrícola e alimentar; (iv) comércio internacional; (v) consumidor; e (vi) indústrias e serviços de apoio (BATALHA e SILVA, 2007).

ZYLBERSZTAJN (2000) identifica como elos que dão suporte à análise descritiva a partir do SAG: o ambiente institucional, os agentes, as relações entre eles e as organizações de apoio (Figura 1).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

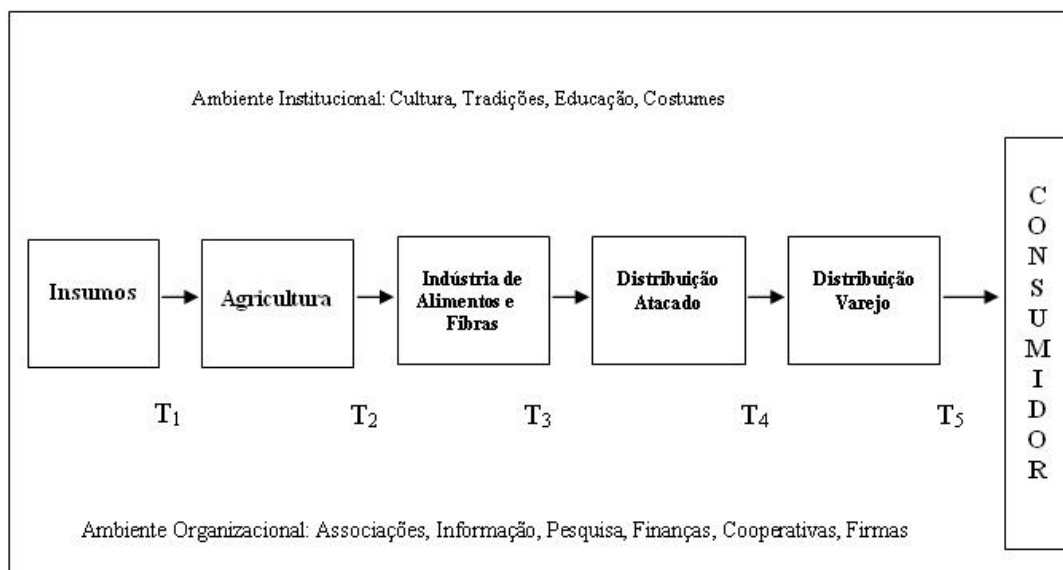


Figura 1. Sistema Agroindustrial e Transações Típicas

Fonte: Zylbersztajn, 2000.

Para CHABARIBERY e ALVES (2001), a fruticultura é uma atividade que requer muitos cuidados com a qualidade, e a agricultura familiar pode ser apontada como privilegiada para atender a essa produção com qualidade: áreas pequenas que facilitam o monitoramento de pragas, doenças e o trabalho realizado por empregados contratados; interesse no negócio; membros da família que possam se dedicar em tempo parcial à atividade; entre outras.

Nos últimos anos, um dos pontos importantes no sistema produtivo de frutas foi a capacidade de gerar produtos de qualidade e saudáveis, conforme os requisitos de sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e viabilidade econômica, mediante a utilização de tecnologias não agressivas ao meio ambiente e à saúde humana (VITTI e CINTRA, 2003).

A fruticultura é apontada como uma atividade promissora para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro, apresentando um ambiente favorável ao seu crescimento, como a existência de um programa nacional de fruticultura, de vários programas estaduais, aumento do consumo de frutas, possibilidade de exportação, atividade com capacidade de geração de emprego e renda para a agricultura familiar, complementação alimentar, entre outras. Entretanto, para a atividade "decolar" é preciso profissionalizar o setor, ou seja, criar mecanismos para a produção de frutas de qualidade para o mercado interno e externo, tanto para processamento quanto para o consumo de frutas frescas. Organizar a cadeia produtiva das frutas, de modo que, todos os elos estejam capacitados, treinados, motivados e conscientes de seu papel no desenvolvimento da atividade (NASCENTE, 2006).

CAVICCHIOLI *et al.* (2005) afirmam que a certificação do produto, que na década passada simbolizava apenas uma tendência ou um estado de alerta para se



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



atender às expectativas do mercado internacional, hoje é o passaporte para a inserção dos hortifrutícolas brasileiros no mercado externo. O uso de certificados que utilizam os conceitos das Boas Práticas Agrícolas (BPA) tornou-se um requisito básico para exportar e também para comercializar nas grandes redes varejistas do país, sendo que o grande propulsor foi o aumento das exigências dos principais importadores de frutas do mundo, como a Europa e os Estados Unidos, quanto à segurança do alimento desde a lavoura até o consumidor final. Esta tendência mundial parece ser irreversível. Para atender às exigências, o processo de certificação das cadeias agroindustriais tem se intensificado.

A União Européia é o principal consumidor de frutas frescas brasileiras, sendo responsável por 70% das importações de frutas brasileiras em 2004. As barreiras técnicas impostas pelo bloco econômico até o ano de 2003 foram pouco rigorosas na importação de frutas frescas exigindo apenas o Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) que não requer nenhum tratamento específico para a fruta importada. Porém, o mercado europeu está se tornando cada vez mais exigente e, no caso das frutas, essa tendência poderá se concretizar em breve com a exigência da certificação visando a um maior controle de qualidade dos alimentos consumidos.

Embora o Brasil venha fazendo progressos consideráveis em qualidade e certificação, muito há por se fazer. Para que a implantação de processos que conduzam à qualidade ambiental e à certificação dos produtos agropecuários no País surta o efeito esperado, é imprescindível o apoio governamental à qualidade de serviços e ao incremento das pesquisas básica e aplicada, que enfoquem: fiscalização fitossanitária, busca e disponibilização de sistemas de produção mais avançados, menos agressivos ao ambiente e mais competitivos internacionalmente; implantação de boas práticas agrícolas no campo; oportunidades para a tecnificação do produtor; capacitação de profissionais envolvidos em toda a cadeia produtiva; diminuição de perdas; incentivo ao reconhecimento e à percepção por meio de educação agroambiental do homem do campo e de difusores; da importância da questão ambiental; melhoria no processo de transporte do produto das propriedades para as unidades de processamento; modificação de padrões de automação de produção, entre outros (PESSOA *et al.*, 2002).

Nessa direção, projetos desenvolvidos pelo SEBRAE e ABPEL no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Catanduva, alinhadas ao conceito de boas práticas agrícolas, buscam incentivar a exportação com o enquadramento da produção nas exigências dos maiores mercados importadores.

É nesse contexto que se situa o caso de referência para a pesquisa empírica realizada neste trabalho.

Após esta seção introdutória, na seção a seção 2 é traçado um breve panorama da fruticultura paulista, com destaque para o limão tahiti. Na seção três é apresentado o estudo de caso considerando a produção certificada de grupo de produtores do EDR de Catanduva. E na seção quatro, são apresentadas as considerações finais.

2. FRUTICULTURA E A INSERÇÃO DO SAG DO LIMÃO TAHITI

A fruticultura é uma das atividades agrícolas que mais cresce no agronegócio brasileiro. O grande potencial produtivo do país, favorecido pela diversidade das

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

condições climáticas, permite a produção de vários tipos de frutas tropicais e temperadas (MAPA, 2005).

O setor frutícola é um dos mais importantes segmentos do agronegócio brasileiro. Além da sua elevada rentabilidade e expressiva utilização de mão-de-obra, a fruticultura constitui-se em uma valiosa alternativa para a expansão das exportações brasileiras de produtos agrícolas. Trata-se, portanto, de um segmento estratégico dentro da perspectiva de desenvolvimento econômico e social do país (FIORAVANÇO e PAIVA, 2002).

A fruticultura brasileira movimenta cerca de 5,8 bilhões de dólares anualmente com frutas frescas, atingindo um patamar de 12,2 bilhões de dólares incluindo as castanhas, nozes e os produtos processados. É importante também considerar que a fruticultura ocupa uma área agrícola de 2,5 milhões de hectares e pode gerar produtos de médio e alto valor agregado, considerando a exploração de frutas para exportação e ou frutas nobres, como por exemplo, uvas de mesa sem sementes. Sua importância não pode ser medida apenas pelos dados estatísticos. O segmento está entre os principais geradores de renda, de empregos e de desenvolvimento rural.

No período de 1993 a 2003, houve um aumento de 26,4% (de 27.055 milhões de toneladas para 34.203 milhões de toneladas) das principais frutas frescas produzidas no Brasil. O destaque fica para o melão (120,9%), melancia (113,0%), mamão (98,3%), manga (85,4%) e caqui (81,6%). Em 2003, o limão ocupou a 7ª posição da produção das principais frutas frescas brasileira, com 981 mil toneladas produzidas (Tabela 1).

Tabela 1. Principais frutas frescas produzidas no Brasil de 1993 a 2003 (mil toneladas)

Frutas	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	%Var. 93-03
Abacate	161	156	143	123	128	128	131	131	154	174	157	-2,5%
Banana	5.691	5.841	5.690	5.061	5.521	5.429	5.588	5.777	6.177	6.423	6.801	19,5%
Caqui	87	100	93	95	94	109	115	114	131	141	158	81,6%
Figo	36	27	29	23	25	28	30	31	26	24	26	-27,8%
Goiaba	223	205	228	223	243	228	214	314	281	321	329	47,5%
Laranja	15.038	13.957	15.870	16.863	18.437	16.680	18.315	17.064	16.983	18.531	16.918	12,5%
Limão	722	702	649	670	726	741	788	825	965	985	981	35,9%
Maçã	524	525	515	526	595	594	703	865	716	857	842	60,7%
Mamão	865	945	980	878	1.225	1.297	1.320	1.355	1.489	1.598	1.715	98,3%
Manga	499	536	565	526	630	581	566	667	782	842	925	85,4%
Maracujá	451	475	507	513	448	374	399	414	467	479	485	7,5%
Melancia	895	908	1.547	1.098	1.266	1.213	1.332	1.379	1.450	1.491	1.906	113,0%
Melão	158	151	221	208	206	247	242	243	264	352	349	120,9%
Pêra	19	21	21	18	18	19	19	19	22	20	20	5,3%
Pêssego	166	177	195	135	167	182	171	237	223	218	220	32,5%
Tangerina	734	760	749	688	782	781	831	903	1.125	1.263	1.305	77,8%
Uva	787	808	837	685	891	774	932	1.024	1.059	1.149	1.067	35,6%
Total	27.055	26.293	28.838	28.330	31.402	29.406	31.694	31.363	32.316	34.867	34.203	26,4%
Abacaxi (*)	835	990	951	764	1.073	1.113	1.247	1.336	1.430	1.433	1.440	72,5%
Côco-da-baia(*)	837	919	967	957	967	1.027	1.207	1.301	1.421	1.928	1.986	137,3%
Total	1.672	1.908	1.918	1.721	2.041	2.140	2.454	2.637	2.851	3.361	3.426	104,9%

(*) Valores Expressos em Milhões Frutos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2005).

O valor da produção das principais frutas frescas brasileira, segundo o IBGE (2006), teve um aumento de 45,7% no período entre 2001 a 2004. Aumentos mais

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

significativos foram verificados no melão (183,4%), mamão (102,5%), manga (86,5%) e maracujá (76,7%).

A variação do valor da produção para o limão entre os anos de 2001 a 2004, representou um aumento de 58,3%, saltando de R\$ 193.919 mil para R\$ 306.922 mil. Em 2004, o limão ocupou a 11ª posição do valor total da produção das principais frutas frescas brasileira.

As exportações das principais frutas brasileiras entre os anos de 1996 a 2005 em toneladas líquidas tiveram um aumento de 233,4%. Neste período, as frutas que merecem destaque com aumento na pauta das principais frutas brasileiras exportadas são: limão (3.008,0%), maçã (2.901,9%), uva (1.034,0%), banana (607,3%) e mamão (531,1%). A exportação de frutas frescas vem crescendo sistematicamente, e o volume embarcado cresceu 2,8 vezes, comparando dos anos de 1998 a 2004.

Os países da União Européia são os principais compradores, importando 70% da produção brasileira de frutas para exportação.

As frutas frescas nacionais mais vendidas no exterior que mais contribuiram com as exportações brasileiras, em ordem decrescente de volume no ano de 2004 foram: banana, maçã, melão, manga, laranja, limão, mamão, uva, abacaxi e tangerina (Tabela 2).

Tabela 2. Classificação das principais frutas frescas que mais contribuiram para as exportações brasileiras - 1998 a 2004.

Classif.	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1	Banana	Laranja	Laranja	Laranja	Banana	Banana	Banana
2	Laranja	Banana	Banana	Banana	Goiaba	Melão	Maçãs
3	Melão	Melão	Goiaba	Melão	Melão	Goiaba	Melão
4	Goiaba	Maçãs	Maçãs	Goiaba	Maçãs	Maçãs	Manga
5	Abacaxi	Goiaba	Melão	Maçãs	Laranja	Laranja	Laranja
6	Maçãs	Abacaxi	Mamão	Mamão	Mamão	Mamão	Limão
7	Mamão	Mamão	Abacaxi	Uva	Uva	Uva	Mamão
8	Melancia	Melancia	Uva	Tangerina	Limão	Limão	Uva
9	Tangerina	Uva	Melancia	Limão	Tangerina	Tangerina	Abacaxi
10	Uva	Tangerina	Tangerina	Abacaxi	Melancia	Melancia	Tangerina
11	Limão	Limão	Limão	Melancia	Abacaxi	Abacaxi	Melancia
12	Figo	Figo	Figo	Figo	Figo	Manga	Goiaba
13	Abacate	Abacate	Abacate	Abacate	Abacate	Figo	Figo
14	Pêra	Pêssego	Pêra	Pêssego	Pêssego	Abacate	Abacate
15	Manga	Pêra	Pêssego	Pêra	Pêra	Pêra	Pêra
16	Pêssego	Manga	Manga	Manga	Manga	Pêssego	Pêssego

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Política Agrícola - MAPA e Aliceweb - MDIC. (2005)

A exportação de frutas frescas brasileiras, principalmente maçã, banana, manga, uva, mamão e laranja, tem tido crescimento muito lento, ainda em patamares tímidos. As exportações de frutas brasileiras aumentaram em 5,92% em milhões de dólares e 14,69% em mil toneladas, de 2001 para 2002 e 10,17% em milhões de dólares e 2,28% em mil toneladas, do ano de 2002 para 2003, porém muito pouco se considerarmos o montante produzido. O Brasil exporta cerca de 1,8% da sua produção de frutas *in*



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



natura, ocupando o 20º lugar entre os países exportadores (ANDRIGUETO e KOSOSKI, 2005).

Contudo, um dos pontos mais relevantes no que se refere ao comércio exterior brasileiro é que a partir de 1999, conforme abaixo mostrado (Gráfico 1), passou a apresentar um saldo positivo crescente na balança de pagamentos de frutas frescas (IBRAF, 2004).

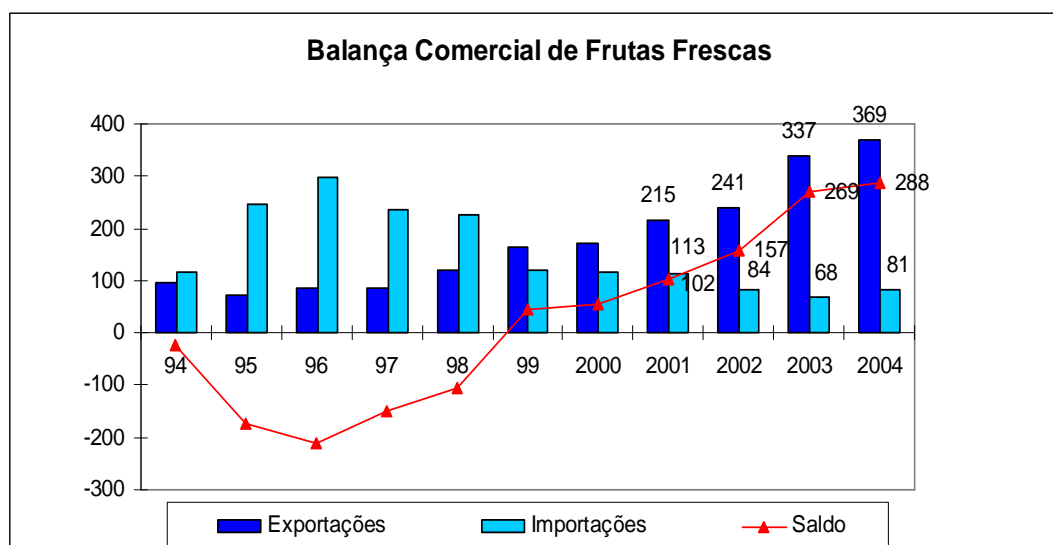


Gráfico 1. Balança comercial de frutas frescas: 1994 a 2004

Fonte: IBRAF (2004)

Em 2005, as exportações brasileiras de frutas fecharam o ano com saldo positivo, foram exportadas US\$ 440 milhões de produtos frescos, atingindo um crescimento de 19% comparando-se com o ano anterior. O saldo da balança comercial ficou em US\$ 315 milhões.

Este resultado se deve principalmente a exportação da uva que obteve um crescimento de 103% em valor, devido ao aumento das exportações da variedade sem semente. Outro fato foi a consolidação no mercado americano, com crescimento nos embarques para este país em mais de 200%, comparado com o ano anterior.

Já as 44 mil toneladas de limão exportado em 2005; rendeu US\$ 26,3 milhões, um crescimento no período de 2004 para 2005 de 18,57% em volume e 43,73% em valor.

A fruticultura é uma atividade de grande importância social e econômica para o estado de São Paulo, por meio da geração de empregos e oportunidades de negócios. Cada vez mais, são geradas novas atividades na prestação de serviços, assistência técnica e inovação tecnológica que aliadas ao grande aumento do consumo de frutas, tanto no mercado interno quanto externo, atraem investimentos para a agroindústria.

O estado de São Paulo é o principal produtor de frutas do Brasil, responsável por 45,63% da produção nacional (IBGE, 2003). Considerando a grande participação do



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



transporte no preço final do produto e a relevância da Grande São Paulo como o maior mercado consumidor do país, evidencia-se que a competitividade desse estado no mercado interno é superior as demais regiões produtoras. (SILVA *et al.*, 2006).

Quanto às quantidades produzidas das principais frutas frescas paulistas, segundo dados do IEA (2006), as frutas que representaram maiores variações entre 2001 a 2005 foi a melancia (56,7%), abacaxi (29,4%), caqui (17,5%), goiaba para indústria (8,5%) e limão (11,2%).

A importância econômica da produção de frutas do estado de São Paulo, frente aos demais produtos agrícolas, pode também ser medida pela análise do valor da produção agropecuária de 2005. Verificou-se que sete frutas (caqui, uva, limão, tangerina, manga, banana e laranja), foram responsáveis por 93,60% do valor da produção frutífera paulista. Importante ressaltar que dos 93,60% do valor da produção de frutas, 57,9% estão concentrados na produção de laranja.

Para RIBEIRO (2005), os pólos frutícolas do estado de São Paulo têm grande relevância no que concerne ao abastecimento de frutas frescas ao mercado interno. O estado de São Paulo apresenta uma das maiores diversidades climáticas, onde pode ser encontrada a maior parte das espécies de frutas produzidas no Brasil, sejam tropicais, temperadas ou semi-temperadas.

O estado de São Paulo é o maior produtor brasileiro de frutas (IBGE, 2003), com destaque inclusive como maior produtor nacional de laranja, banana e abacate.

A participação do valor da produção do estado de São Paulo em relação ao valor nacional das principais frutas brasileiras em 2004, lidera o ranking com maior participação de laranja (80,7%), limão (72,7%), caqui (63,5%) e tangerina (49,2%).

Ressalta-se que a produção de limão no estado de São Paulo, em 2004, foi de 23,7 milhões de caixas de 40,8 kg, representando um aumento de 13,40% em relação à produção de 2000, que foi de 20,9 milhões de caixas. O que também aumentou de 2000 para 2004 foi a produtividade. Enquanto, em 2000, a produtividade foi de 2,84 caixas por pé de limão, em 2004 a produtividade foi de 3,09 caixas (IEA, 2004).

Ainda, segundo esta mesma fonte, os 18 municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Catanduva são responsáveis por 40,86% da produção de limão no estado de São Paulo, com 9.705.965 caixas de 40,8 kg produzidas em 3.125 propriedades. Em número de pés de limão em produção, a região responde por 34,83% do total no estado de São Paulo. Na mesma região foram plantados, em 2004, 371.725 novos pés de limão, representando 37,42% da incorporação de pés da fruteira. Os maiores municípios produtores de limão no EDR de Catanduva são Itajobi, Urupês, Irapuã e Marapoama.

3. A IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DO LIMÃO TAHITI NO EDR DE CATANDUVA – SP

Desde 2002, grupos e produtores de limão tahiti do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Catanduva começaram a adotar procedimentos para implantação de protocolos de certificação voluntária, tendo sido as primeiras certificações obtidas em 2004. Estas adesões podem ser vistas como um instrumento



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



que pode ser compatível com a diversificação produtiva e com incrementos nas interações estabelecidas entre produtores, e entre estes e os demais participantes dos sistemas de produção.

Produtores de limão tahiti nos municípios de Itajobi, Urupês, Marapoama e Cedral, aderiram ao protocolo de certificação EUREPGAP. Os investimentos necessários para implantação, obtenção e manutenção do certificado foram efetuados por empresas exportadoras (*packing house*), localizadas nos municípios de Marapoama e Itajobi.

Também no EDR de Catanduva, por meio da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Limão (ABPEL) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP), em junho de 2006, iniciou-se um projeto com o objetivo de certificar mais 200 propriedades da cultura do limão tahiti, pelo protocolo EUREPGAP, com investimento previsto da ordem de R\$ 1,7 milhão. Até o final de 2007, 59 propriedades participantes do projeto obtiveram os respectivos certificados.

Atualmente, na região do EDR de Catanduva são aproximadamente 260 propriedades certificadas pelo respectivo protocolo.

O universo de referência para o presente trabalho considerou um grupo de 50 propriedades certificadas com a participação de pequenos (44%), médios (52%) e grandes (4%) produtores, segundo número de pés de limão plantados. A classificação da capacidade de produção nas diferentes propriedades leva em conta a quantidade de pés de limão plantados, de acordo com o seguinte critério: de 200 a 1000 pés é considerado pequeno produtor, de 1001 a 5000 pés é considerado como médio produtor e a partir de 5001 pés é considerado como grande produtor.

Durante o processo de certificação EUREPGAP, as propriedades são inicialmente enquadradas segundo níveis de atendimento às exigências dos Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento – PCCC. As propriedades que atingem o nível 1 são aquelas com maior nível de enquadramento nas referidas exigências; as de nível 2 possuem nível de atendimento intermediário; e as de nível 3 são aquelas que não atendem ou atendem muito pouco as exigências do protocolo.

A amostragem definida para a coleta de dados primários é intencional refletindo características importantes do fenômeno estudado. A amostra selecionada procura assegurar a incorporação de propriedades com pequena, média e grande produção de limão, bem como de propriedades que obtiverem diferentes níveis de enquadramento inicial (1, 2 e 3) no momento da adesão ao processo de certificação.

Assim, a partir do universo das 50 propriedades certificadas, a pesquisa de campo foi conduzida por intermédio de entrevistas num total de 14 propriedades: 12 propriedades no município de Urupês e 02 propriedades no município de Itajobi. Foi escolhido o município de Urupês, devido à distribuição mais balanceada segundo o nível de enquadramento (1, 2 e 3) atingido quando da classificação inicial das condições da propriedade para atendimento ao requerimento do protocolo EUREPGAP, e Itajobi por ser o único município com grandes produtores certificados.

Com relação ao número de pés de limão plantados nas 14 propriedades que compõem a amostra estudada, os resultados são apresentados no Gráfico 2.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

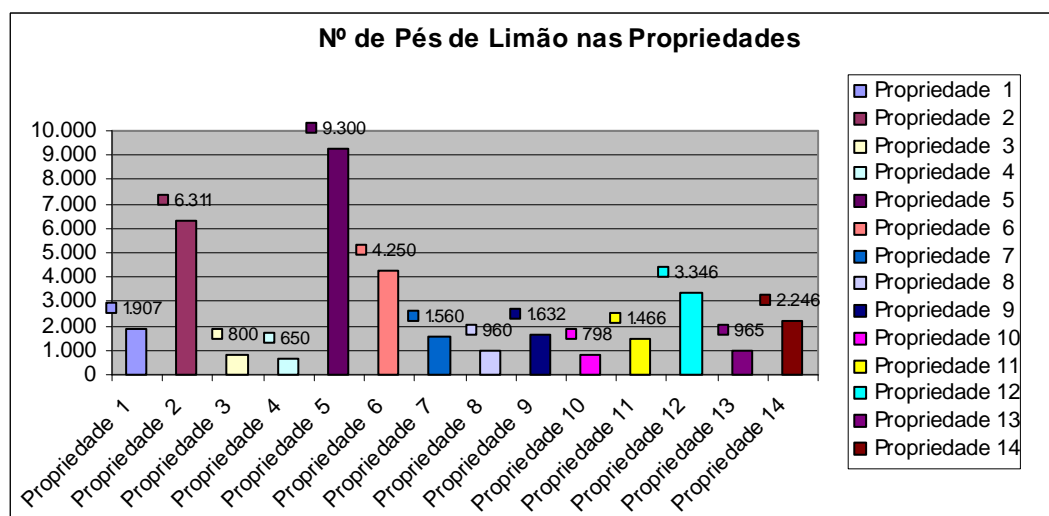


Gráfico 2. Nº de pés de limão nas propriedades

Fonte: Dados da pesquisa

Os agricultores da região do EDR de Catanduva, são ligados a famílias que se instalaram nos municípios produtores da cultura do limão tahiti nas décadas de 1940 e 1950. A partir da década de 1980, estes agricultores introduziram nas suas propriedades, a cultura do limão tahiti, como alternativa à produção de laranja, devido ao fato de ser uma cultura mais resistente a pragas e doenças. A partir de 1996, uma empresa da região iniciou o processo de exportação da fruta para o mercado europeu, abrindo para a região e para os produtores uma alternativa de melhores preços e maiores ganhos.

O contexto para a expansão da fruticultura paulista é marcado por grandes áreas destinadas à produção da cana-de-açúcar e laranja. Essas duas lavouras respondem por quase metade do valor da produção agropecuária do estado (IEA, 2006).

A fruticultura, em particular a produção de limão tahiti, tem se destacado em termos de rentabilidade. É associada à viabilização de uma produção rentável em pequenas áreas, colocando-se como alternativa à produção da cana-de-açúcar. E também é apontada como uma lavoura com custos menores para o controle de pragas e doenças e com a possibilidade de ser exportada *in natura*, constituindo-se como alternativa à produção de laranja.

Para TORQUATO (2006), a principal forma de expansão canavieira está ocorrendo por meio de arrendamento de terras. O crescimento da área de cana-de-açúcar para indústria no Brasil, especialmente em São Paulo, tem avançado sobre áreas de pastagem que ficaram mais eficientes e, assim, utilizam menos terras para o mesmo tamanho de rebanho, desocupando mais áreas úteis. A cana também avança sobre algumas áreas outrora ocupadas por laranjais que, em alguns casos, ficaram menos rentáveis, bem como sobre o milho e a soja.

Para a amostra considerada, a questão que aborda a seção de áreas para plantio de cana-de-açúcar e laranja, após o processo de certificação, em decorrência da região ser uma grande produtora destas culturas, mostrou que apenas 20% dos produtores entrevistados cederam área, por arrendamento, para o plantio de cana-de-açúcar.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Entretanto, metade dos entrevistados afirmou ter recebido ofertas neste sentido. Dos produtores entrevistados, apenas um é parceiro, sendo os demais proprietários.

Passando à consideração dos elos do SAG do limão tahiti, várias mudanças foram identificadas.

Considerando o setor de insumos, o processo de certificação requereu a regularização de revenda de agrotóxicos que atende aos produtores. E teve início o fornecimento de equipamentos de proteção individual para uso dos produtores e trabalhadores rurais.

Nas propriedades rurais, as mudanças incidiram sobre (i) a diminuição na frequência e na variedade dos ingredientes ativos dos agrotóxicos. Ressalta-se ainda que estes produtores passaram a utilizar produtos registrados e com receita agrônômica; (ii) quanto ao uso de fertilizantes, em função da realização de análise de solo, uma prática que não ocorria antes do processo de certificação, os produtores passaram a aplicar os fertilizantes na medida e na quantidade adequadas, visando a manutenção e recuperação da fertilidade do solo; (iii) verificou-se melhoria na capacitação dos produtores que realizaram cursos de “Manejo Seguro de Agrotóxico e Meio Ambiente”, Operação e Manutenção de Máquinas e Implementos” e “Custos de Produção Agrícola”. Estas capacitações foram oferecidas pela empresa de consultoria responsável pela implantação do processo de certificação nas propriedades e realizados pelos residentes nas propriedades (responsável/administrador, os parceiros/meeiros e os empregados permanentes, familiares); (iv) passou-se a adotar a prática do uso do equipamento de proteção individual (EPI) no preparo e na aplicação das caldas de agroquímicos; (v) houve aumento registrado na *coleta seletiva* das embalagens vazias de agroquímicos, pois antes do processo de certificação estas embalagens eram queimadas e, muitas vezes, enterradas nas propriedades.

No tocante à agroindústria, a *packing house* passou a exercer papel central no SAG em diferentes frentes: (i) com o limão certificado os produtores têm assegurado, até o presente momento, que a *packing house* compre a totalidade da produção das áreas certificadas para destinação ao mercado externo europeu; (ii) a *packing house* tem assegurado *assistência técnica* especializada e permanente, pois há acompanhamento técnico contínuo do produtor quanto ao cumprimento de maneira adequada das exigências do protocolo; (iii) a *packing house* tem se encarregado de intermediar o encaminhamento das embalagens vazias de agrotóxicos para os postos de recolhimento autorizados.

Os canais de distribuição passaram a incorporar de modo preponderante atacadistas que atendem o mercado externo, ou seja, que destinam o produto certificado às redes varejistas européias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as tendências que dão suporte à importância da certificação figuram aspectos ambientais e sociais ligados à segurança alimentar, proteção ambiental e saúde e segurança do trabalhador.

Os sistemas de produção que se configuram para atender ao suprimento do setor varejista internacional, com base nesses imperativos, devem atender aos principais



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



padrões exigidos pelo mercado europeu para importação de frutas frescas, com destaque para o EUREPGAP. Este sistema requer implantação e verificação independente por meio dos processos de certificação que assegurem a conformidade dos requisitos exigidos por grandes redes varejistas.

A gestão da qualidade em sistemas agroindustriais por meio da certificação coloca o foco no controle do produto e do processo, exigindo a rastreabilidade.

O sistema de certificação exige alterações nas práticas agrícolas a partir de mudanças que incidem no setor de insumos e nas propriedades rurais. Exige ainda mudanças das pessoas envolvidas ao introduzir atividades de capacitação dos produtores e a assistência técnico permanente nas propriedades rurais.

Com a atuação da *packing house*, um importante e novo agente passou a operar no sistema de produção do limão tahiti certificado no EDR de Catanduva. No caso estudado, a empresa é a detentora do número de certificação do protocolo EurepGap. A empresa investiu recursos financeiros na implantação, manutenção e na certificação das propriedades. Assim, apesar de receber um preço maior pelo limão e de contar, num contexto marcado por grande demanda externa, com a garantia de ter toda a produção destinada à exportação, os produtores passaram a ter a *packing house*, detentora do certificado, como única compradora para o produto certificado.

Assim, com relação ao ambiente organizacional, no âmbito local, a coordenação do sistema agroindustrial passou a estar a cargo da *packing house*, que, no caso estudado constitui o agente responsável pela preparação sistema produtor de alimentos para a inserção de seus produtos no mercado internacional.

Por fim, a certificação tem se colocado como alternativa para inserção de pequenos produtores rurais no comércio internacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIGUETO, J Rozalvo; KOSOSKI, A Reinaldo. **Desenvolvimento e conquistas da produção integrada de frutas no Brasil**. Valorização de Produtos como Diferencial de Qualidade e Identidade: Indicações Geográficas e Certificações para a Competitividade nos Negócios. Brasília: Sebrae, 2005.

BARROS, A F Granja; VARELLA, M Dias. **A nova tendência mundial de segurança alimentar e o sistema de certificações**. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.

BATALHA, Mário Otávio; SILVA, Andrea Lago, Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. BATALHA, Mário Otávio (Coord.), **Gestão Agroindustrial**, São Paulo : Atlas, 2007, p. 01-62.

CAVICCHIOLI, Bianca; PUPIN Francine; BOTEON, Margarete. **Certificação: passaporte para os mercados mais exigentes**. Revista Hortifruti Brasil. Setembro/2005.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



CHABARIBERY, Denyse; ALVES, Humberto Sebastião. **Produção e comercialização de limão, mamão, maracujá e melancia em São Paulo**. Informações Econômicas, SP, v.31, n.8, ago. 2001.

CINTRA, R Ferreira; VITTI, Aline; BOTEON, Margarete (2004). **Análise dos impactos da certificação das frutas brasileiras para o mercado externo**. Disponível em <http://www.esalq.usp.br>. Acesso em 26 dez. 2006.

EUREPGAP. **Regulamento Geral de Frutas e Legumes**, 2004, 64p.

FIORAVANÇO, J Caetano; PAIVA, M Callefi. **Competitividade e fruticultura brasileira**. Informações Econômicas, v. 33, nº 7, jul. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS – IBRAF. **Pesquisa de acesso a mercados para a fruticultura baiana**. Frutas Frescas (complementado), 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 17 abr. 2006.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA – IEA. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br>. Acessado em 21 dez. 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br>. Acessado em 21 ago. 2005.

NASCENTE, A Steplan. **A fruticultura no Brasil**. Embrapa. Disponível em http://www.cpafrro.embrapa.br/embrapa/Artigos/frut_brasil.html. Acessado em 11 out. 2006.

NASSAR, André Meloni, Certificação no Agribusiness. ZYLBERSTAJN, Decio e SCARE, Roberto Fava (Orgs.), **Gestão da Qualidade no Agribusiness: Estudos e Casos**, São Paulo : Atlas, 2003, p.30-46.

PESSOA, Maria Conceição P. Y.; SILVA, Aderaldo. S.; CAMARGO, Silas, P. **Qualidade e certificação de produtos agropecuários**. Texto para Discussão 14, Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, 2002, 191p.

RIBEIRO, Luciane Meire (2005) **Incentivos para certificação da qualidade no sistema de produção integrada de frutas (PIF): um estudo de casos na cadeia produtiva da maçã**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Exatas de Tecnologia, UFSCAR, São Carlos, 142 p.

SILVA, P. Rocha; OJIMA, A L R Oliveira; VERDI, A Renata; FRANCISCO, V L Santos. **A importância do pólo frutícola bandeirante no agronegócio paulista**. XLIV



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 23 a 27 de julho de 2006, 15p.

SINGER, Peter; MASON, Jim, **A Ética da alimentação: Como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar**, Rio de Janeiro:Elsevier, 2007.

SOUTHERTON, Dale; CHAPPELLS, Heather; VAN VLIET, Bas, **Sustainable Consumption: The implications of changing infrastructures of provision**, Edward Elgar Publishing Limited, 2004, 171p.

SOUZA, Roberta de Castro, AMATO NETO, João, Exportações Brasileiras de Frutas Certificadas: Oportunidades de negócios para o empresário Rural. ZUIN, Luís Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos (Coord.), **Agronegócio: gestão e inovação**, São Paulo : Saraiva, 2006, p. 395-430.

TORQUATO, S. Alves. **Cana-de-açúcar para indústria: o quanto vai precisar crescer**. Análise e indicadores do agronegócios – Instituto de Economia Agrícola – IEA/APTA – volume 1, nº 10, out. 2006.

VITTI, Aline; SEBASTIANI, R E Gaiotto; VICENTINI, C Antoniali; BOTEON, Margarete.(2004). **Perspectivas da fruticultura brasileira exportadora frente aos novos investimentos**. Disponível em <http://www.esalq.usp.br>. Acesso em 10 jul. 2006.

ZYLBERSTAJN, Decio, **Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial**. ZYLBERSTAJN, Décio; NEVES, M. F. (Orgs.). Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000, p.1-21.